

**PET no AgInt no RE nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE
SEGURANÇA Nº 39.554 - CE (2012/0241391-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
REQUERENTE : MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA
ADVOGADOS : MARCELO MARQUES RONCAGLIA - SP156680
ANDRE TORRES DOS SANTOS - DF035161
REQUERIDO : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORE : ANDRÉ GUSTAVO CARREIRO PEREIRA E OUTRO(S) -
S CE017356
LUDIANA CARLA BRAGA FAÇANHA - CE016003

DESPACHO

Vieram-me os autos para exame da petição de fls. 746/748, pela qual a parte agravante apresenta a sua contrariedade ao julgamento virtual do apelo interno por ela interposto às fls. 728/731, a se realizar entre os dias 20/02 e 26/02/2019, e, ao final, postula seja o feito apreciado em sede de julgamento presencial.

Decido.

Segundo previsão das normas regimentais específicas, a saber, artigos 184-A, 184-B, 184-C e 184-D, o recurso de agravo interno, por suas características intrínsecas, se sujeita ao julgamento virtual como meio de conferir maior celeridade à prestação jurisdicional.

Nada obstante a função de efetividade do julgamento virtual, o artigo 184-D, II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça faculta à parte o direito de se manifestar de modo contrário, desde que demonstre, de forma fundamentada, a necessidade do julgamento presencial.

No caso em exame, não se vislumbra, com o rito estabelecido no artigo 184-C do mencionado Estatuto Regimental, qualquer ofensa ao devido processo legal ou mesmo ao direito da justa prestação jurisdicional, notadamente porque não há a previsão de sustentação oral no caso de julgamento do agravo interno e a sua apreciação em sessão virtual não restringe dos julgadores a controvérsia posta e as teses firmadas pela parte agravante, ainda que ela alegue a existência de discussão no âmbito do Supremo Tribunal Federal para fins de modulação dos efeitos do precedente extraído do julgamento do RE n.º 635.688/RS.

Ademais, é preciso destacar que o julgamento do presente feito em sessão virtual vai ao encontro da celeridade e efetividade processuais, porquanto foi ele suspenso por longo período em razão do julgamento da Suprema Corte (fls. 623/624) e só pode ser retomado depois de afastada a possibilidade de retratação por parte do órgão julgador.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de fls. 746/748.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente